

COOPERATIVA DE CREDITO NORTE SUL DA BAHIA LTDA - SICOOB NORTE SUL

CNPJ: 02.876.918/0001-24

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em Reais)

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		102.651.544,12	70.937.467,34
Circulante		56.906.485,52	42.174.784,54
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	32.123.538,77	20.518.751,62
Disponibilidades		4.259.319,53	1.672.232,00
Centralização Financeira - Cooperativas		27.864.219,24	18.846.519,62
Relações Interfinanceiras		3.430,65	-
Correspondente no País		3.430,65	-
Operações de Crédito	5	23.126.392,71	20.580.082,65
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		20.374.606,79	16.421.862,76
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(1.027.191,38)	(2.491.590,86)
Financiamentos		1.103.514,51	1.020.613,98
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(54.803,58)	(80.907,07)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		2.808.436,21	5.876.506,84
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(78.169,84)	(166.403,00)
Outros Créditos	6	521.277,30	619.316,46
Créditos por Avais e Fianças Honradas		159.345,21	178.803,37
Rendas a Receber		45.583,56	67.250,25
Diversos		419.058,36	477.801,44
Devedores por Depósitos em Garantia		31.085,53	21.257,02
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(133.795,36)	(125.795,62)
Outros Valores e Bens	7	1.131.846,09	456.633,81
Outros Valores e Bens		1.095.586,15	406.200,00
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens		(6.200,00)	(6.200,00)
Despesas Antecipadas		42.459,94	56.633,81
Não Circulante		45.745.058,60	28.762.682,80
Realizável a Longo Prazo		40.702.226,26	24.105.135,01
Instrumentos Financeiros		-	3.123.954,63
Títulos e Valores Mobiliários		-	3.123.954,63
Operações de Crédito	5	40.633.454,97	20.972.990,24
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		39.350.664,05	20.830.426,62
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(748.291,77)	(1.028.169,82)
Financiamentos		1.749.097,40	1.191.812,30
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(52.793,95)	(87.132,70)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		337.014,38	66.668,43
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(2.235,14)	(614,59)
Outros Créditos	6	68.771,29	8.190,14
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		68.771,29	8.190,14
Permanente		5.042.832,34	4.657.547,79
Investimentos	8	3.445.566,85	3.153.921,71
Participação em Cooperativa Central de Crédito		2.374.367,29	2.150.605,23
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		1.071.199,56	1.003.316,48
Imobilizado de Uso	9	1.583.956,46	1.478.669,59
Imobilizado de Uso		3.657.486,08	3.289.196,71
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(2.073.529,62)	(1.810.527,12)
Intangível	10	13.309,03	24.956,49
Ativos Intangíveis		449.426,50	480.312,20
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(436.117,47)	(455.355,71)
Total do Ativo		102.651.544,12	70.937.467,34
PASSIVO		86.872.617,14	59.671.172,80
Circulante		86.841.531,61	59.092.005,98
Depósitos	11	83.799.269,21	55.007.845,11
Depósitos à Vista		37.716.533,27	18.842.836,66
Depósitos Sob Aviso		38.295,61	40.788,32
Depósitos à Prazo		46.044.440,33	36.124.220,13
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	12	1.059.402,47	-
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Do Agronegócio		1.059.402,47	-
Relações Interdependências	13	4.417,75	34.329,65
Recursos em Trânsito de Terceiros		4.417,75	34.329,65
Obrigações por Empréstimos e Repasses		-	2.456.070,83
Empréstimos No País - Outras Instituições		-	2.456.070,83
Outras Obrigações	14	1.978.442,18	1.593.760,39
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	14.1	980,73	11.445,25
Sociais e Estatutárias	14.2	339.489,03	210.357,91
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	14.3	166.477,62	200.055,15
Diversas	14.4	1.471.494,80	1.171.902,08
Não Circulante		31.085,53	579.166,82
Obrigações por Empréstimos e Repasses		-	579.166,82
Empréstimos no país - Outras Instituições		-	579.166,82
Outras Obrigações		31.085,53	-
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	33	31.085,53	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	15.778.926,98	11.266.294,54
Capital Social	16.1	12.007.197,09	9.586.267,92
De Domiciliados No País		12.487.958,96	9.823.359,96
(-) Capital A Realizar		(480.761,87)	(237.092,04)
Reserva de Sobras	16.2	2.604.779,65	1.841.677,77
Sobras ou Perdas Acumuladas	16.3/4	1.166.950,24	(161.651,15)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		102.651.544,12	70.937.467,34

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS

(Valores expressos em Reais)

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		5.377.309,68	10.326.960,08	6.859.720,20	12.828.578,70
Operações de Crédito	18	5.115.494,92	9.651.123,58	6.300.190,95	11.805.714,18
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		0,12	54.542,72	85.305,70	123.955,32
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4	261.814,64	621.293,78	474.223,55	898.909,20
Dispêndio da Intermediação Financeira	19	(1.136.623,69)	(2.654.445,11)	(2.951.665,37)	(7.182.020,21)
Operações de Captação no Mercado	11.b	(476.218,45)	(1.166.998,36)	(996.662,00)	(1.947.183,42)
Operações de Empréstimos e Repasses		-	(41.579,54)	(102.028,16)	(195.652,39)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(660.405,24)	(1.445.867,21)	(1.852.975,21)	(5.039.184,40)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		4.240.685,99	7.672.514,97	3.908.054,83	5.646.558,49
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(2.849.900,31)	(4.889.496,14)	(2.355.848,80)	(5.358.454,83)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	20	1.676.847,21	3.192.572,42	1.545.869,32	2.895.391,46
Rendas (Ingressos) de Tarifas	21	1.130.020,10	2.223.373,79	1.268.564,10	2.589.917,92
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	22	(2.419.439,47)	(4.662.635,12)	(2.570.429,44)	(5.096.542,30)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	23	(2.781.750,12)	(5.414.508,16)	(2.796.447,91)	(5.334.204,01)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	24	(187.010,65)	(321.973,12)	(174.327,09)	(303.742,66)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	25	573.681,07	1.368.763,74	1.167.498,67	2.024.469,66
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	26	(803.375,20)	(1.246.890,36)	(816.259,48)	(2.125.853,15)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes		(31.085,53)	(31.085,53)	-	-
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas	27	(7.787,72)	2.886,20	19.683,03	(7.891,75)
Resultado Operacional		1.390.785,68	2.783.018,83	1.552.206,03	288.103,66
Outras Receitas e Despesas		-	-	-	115,80
Outras Receitas		-	-	-	115,80
Resultado Antes da Tributação e Participações		1.390.785,68	2.783.018,83	1.552.206,03	288.219,46
Imposto de Rendas		(50.718,18)	(182.246,58)	(174.251,70)	(272.169,13)
Contribuição Social		(37.630,91)	(123.747,95)	(111.751,02)	(177.701,48)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		1.302.436,59	2.477.024,30	1.266.203,31	(161.651,15)
Destinações Legais e Estatutárias	16.4	-	(1.034.842,68)	-	-
FATES		-	(110.089,65)	-	-
Reserva Legal		-	(924.753,03)	-	-
Resultado Antes dos Juros ao Capital		1.302.436,59	1.442.181,62	1.266.203,31	(161.651,15)
Juros ao Capital	17	(275.231,38)	(275.231,38)	-	-
Sobras/Perdas Líquidas		1.027.205,21	1.166.950,24	1.266.203,31	(161.651,15)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GABRIEL DOS SANTOS CHAGAS
DIRETOR DE RELACIONAMENTO

MAGNA GOMES MATOS
DIRETORA ADMINISTRATIVA

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

COOPERATIVA DE CREDITO NORTE SUL DA BAHIA LTDA - SICOOB NORTE SUL
CNPJ: 02.876.918/0001-24
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Valores expressos em Reais)

DRA	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		1.302.436,59	2.477.024,30	1.266.203,31	(161.651,15)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente	2.1.c	1.302.436,59	2.477.024,30	1.266.203,31	(161.651,15)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GABRIEL DOS SANTOS CHAGAS
DIRETOR DE RELACIONAMENTO

MAGNA GOMES MATOS
DIRETORA ADMINISTRATIVA

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

COOPERATIVA DE CREDITO NORTE SUL DA BAHIA LTDA - SICOOB NORTE SUL
 CNPJ: 02.876.918/0001-24
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO
 (Valores expressos em Reais)

Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal		
Saldo em 31/12/2018		9.509.887,91	(139.884,68)	1.841.677,77	542.944,97	11.754.625,97
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-
Ao Capital		539.223,12	-	-	(539.223,12)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	(3.721,85)	(3.721,85)
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		951.775,96	(97.207,36)	-	-	854.568,60
Por Devolução (-)		(1.177.527,03)	-	-	-	(1.177.527,03)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	(161.651,15)	(161.651,15)
Saldo em 31/12/2019		9.823.359,96	(237.092,04)	1.841.677,77	(161.651,15)	11.266.294,54
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		2.988.602,36	(243.669,83)	-	-	2.744.932,53
Por Devolução (-)		(563.526,07)	-	-	-	(563.526,07)
Estorno de Capital		(30.953,35)	-	-	-	(30.953,35)
Reversões de Reservas	16,3	-	-	(161.651,15)	161.651,15	-
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	2.477.024,30	2.477.024,30
Remuneração de Juros ao Capital:		-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	17	-	-	-	(275.231,38)	(275.231,38)
Juros ao Capital		270.476,06	-	-	-	270.476,06
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	16,4	-	-	924.753,03	(924.753,03)	-
F A T E S	16,4	-	-	-	(110.089,65)	(110.089,65)
Saldo em 31/12/2020		12.487.958,96	(480.761,87)	2.604.779,65	1.166.950,24	15.778.926,98
Saldo em 30/06/2019		10.197.693,08	(193.317,52)	1.841.677,77	(1.427.854,46)	10.418.198,87
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		414.541,83	(43.774,52)	-	-	370.767,31
Por Devolução (-)		(780.741,15)	-	-	-	(780.741,15)
Estorno de Capital		(8.133,80)	-	-	-	(8.133,80)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	1.266.203,31	1.266.203,31
Saldo em 31/12/2019		9.823.359,96	(237.092,04)	1.841.677,77	(161.651,15)	11.266.294,54
Saldo em 30/06/2020		10.212.581,20	(337.927,17)	1.841.677,77	1.012.936,56	12.729.268,36
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		2.460.426,05	(142.834,70)	-	-	2.317.591,35
Por Devolução (-)		(438.029,81)	-	-	-	(438.029,81)
Estorno de Capital		(17.494,54)	-	-	-	(17.494,54)
Reversões de Reservas	16,3	-	-	(161.651,15)	161.651,15	-
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	1.302.436,59	1.302.436,59
Remuneração de Juros ao Capital:		-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	17	-	-	-	(275.231,38)	(275.231,38)
Juros ao Capital		270.476,06	-	-	-	270.476,06
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	16,4	-	-	924.753,03	(924.753,03)	-
F A T E S	16,4	-	-	-	(110.089,65)	(110.089,65)
Saldo em 31/12/2020		12.487.958,96	(480.761,87)	2.604.779,65	1.166.950,24	15.778.926,98

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GABRIEL DOS SANTOS CHAGAS
DIRETOR DE RELACIONAMENTO

MAGNA GOMES MATOS
DIRETORA ADMINISTRATIVA

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Valores expressos em Reais)

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas Antes das Destinações		1.302.436,59	2.477.024,30	1.266.203,31	(161.651,15)
Juros ao Capital Recebido		(61.002,24)	(61.002,24)	(117.391,35)	(117.391,35)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(94.151,00)	-	(135.106,10)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		660.405,24	1.445.867,21	1.852.975,21	5.039.184,40
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		7.787,72	(2.886,20)	(19.683,03)	7.891,75
Provisão/Reversão Com Passivos Contingentes		31.085,53	31.085,53	-	-
Depreciações e Amortizações		174.559,06	339.620,29	220.208,63	431.506,86
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações		2.115.271,90	4.135.557,89	3.202.312,77	5.064.434,41
Aumento (redução) em ativos operacionais					
Títulos e Valores Mobiliários		-	3.123.954,63	(85.305,31)	(3.123.954,63)
Relações Interfinanceiras		91.727,85	(3.430,65)	10.603,22	-
Operações de Crédito		(19.507.133,10)	(23.652.642,00)	(3.038.572,38)	(7.334.742,12)
Outros Créditos		215.896,99	37.458,01	(99.397,34)	(225.471,69)
Outros Valores e Bens		(690.252,60)	(675.212,28)	(388.171,06)	(347.474,55)
Aumento (redução) em passivos operacionais					
Depósitos à Vista		14.917.185,60	18.873.696,61	2.607.796,84	3.362.568,13
Depósitos sob Aviso		(2.308,34)	(2.492,71)	921,55	(266,38)
Depósitos à Prazo		5.186.375,40	9.920.220,20	1.290.747,73	6.804.674,68
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		694.256,37	1.059.402,47	-	-
Relações Interdependências		(48.609,27)	(29.911,90)	(4.038,16)	(35.671,39)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		-	(3.035.237,65)	(1.229.478,55)	3.035.237,65
Outras Obrigações		67.293,68	418.331,14	124.408,28	405.837,37
FATES Sobras Exercício		(110.089,65)	(110.089,65)	-	-
Imposto de Renda		(50.718,18)	(182.246,58)	(174.251,70)	(272.169,13)
Contribuição Social		(37.630,91)	(123.747,95)	(111.751,02)	(177.701,48)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		2.841.265,74	9.753.609,58	2.105.824,87	7.155.300,87
Atividades de Investimentos					
Recebimento Dividendos		-	67.884,97	-	121.526,27
Distribuição Sobras da Central		-	26.266,03	-	13.579,83
Recebimento de Juros ao Capital		61.002,24	61.002,24	117.391,35	117.391,35
Aquisição de Intangível		(9.890,30)	(9.890,30)	(940,90)	(3.473,59)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(254.914,52)	(423.369,40)	(53.468,26)	(210.256,85)
Aquisição de investimentos		(137.285,15)	(291.645,14)	(172.256,26)	(356.415,21)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(341.087,73)	(569.751,60)	(109.274,07)	(317.648,20)
Atividades de Financiamentos					
Aumento por Novos Aportes de Capital		2.317.591,35	2.744.932,53	370.767,31	854.568,60
Devolução de Capital à Cooperados		(438.029,81)	(563.526,07)	(780.741,15)	(1.177.527,03)
Estorno/Cancelamento de Capital		(17.494,54)	(30.953,35)	(8.133,80)	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		-	-	-	(3.721,85)
Juros ao Capital pago		270.476,06	270.476,06	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		2.132.543,06	2.420.929,17	(418.107,64)	(326.680,28)
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		4.632.721,07	11.604.787,15	1.578.443,16	6.510.972,39
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas					
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		27.490.817,70	20.518.751,62	18.940.308,46	14.007.779,23
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4	32.123.538,77	32.123.538,77	20.518.751,62	20.518.751,62
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		4.632.721,07	11.604.787,15	1.578.443,16	6.510.972,39

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GABRIEL DOS SANTOS CHAGAS
DIRETOR DE RELACIONAMENTO

MAGNA GOMES MATOS
DIRETORA ADMINISTRATIVA

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

COOPERATIVA DE CRÉDITO NORTE SUL DA BAHIA LTDA - SICOOB NORTE SUL

CNPJ: 02.876.918/0001-24

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO NORTE SUL DA BAHIA LTDA - SICOOB NORTE SUL** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **07/05/1998**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA -SICOOB CENTRAL BA** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB NORTE SUL** possui a agência sede localizada em **GANDU-BA** e **8** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **NAZARÉ - BA, MARAGOGIPE - BA, CRUZ DAS ALMAS - BA, INHAMBUPE - BA, ALAGOINHAS - BA, RIO REAL - BA, IRARÁ - BA, SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BA.**

O **SICOOB NORTE SUL** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **26/02/2021**.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

- Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020, que entra em vigor em 1º de janeiro de 2022. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

c) Resultado abrangente

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução CMN nº 4720 de 30 de maio de 2019, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020, determinou a elaboração e divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Não houve resultado abrangente no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CRÉDITO NORTE SUL DA BAHIA LTDA - SICOOB NORTE SUL está adotando as medidas cabíveis para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento das recomendações.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL BA** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	2.208.040,34	926.634,21
Numerário em Trânsito	2.040.000,00	220.000,00
Depósitos Bancários	11.279,19	525.597,79
Relações interfinanceiras - Centralização Financeira	27.864.219,24	18.846.519,62
TOTAL	32.123.538,77	20.518.751,62

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL BA** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em **31/12/2020** e **31/12/2019** foram, respectivamente, **R\$ 621.293,78** e **R\$ 898.909,20** com taxa média de 98% do CDI nos respectivos períodos.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	20.374.606,79	39.350.664,05	59.725.270,84	37.252.289,38
Financiamentos	1.103.514,51	1.749.097,40	2.852.611,91	2.212.426,28
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	2.808.436,21	337.014,38	3.145.450,59	5.943.175,27
Total de Operações de Crédito	24.286.557,51	41.436.775,83	65.723.333,34	45.407.890,93
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.160.164,80)	(803.320,86)	(1.963.485,66)	(3.854.818,04)
TOTAL	23.126.392,71	40.633.454,97	63.759.847,68	41.553.072,89

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA - Normal	3.403.854,92	98.176,37	43.810,37	3.545.841,66		1.381.532,48	
A 0,5% Normal	24.154.133,78	756.376,63	1.827.831,51	26.738.341,92	(133.691,71)	20.411.645,23	(102.058,23)
B 1% Normal	18.491.833,84	1.241.609,07	589.326,68	20.322.769,59	(203.227,70)	11.134.926,13	(111.349,26)
B 1% Vencidas	218.756,80	0,00	0,00	218.756,80	(2.187,57)	317.223,83	(3.172,24)
C 3% Normal	10.148.325,75	552.304,56	243.105,46	10.943.735,77	(328.312,07)	5.676.959,84	(170.308,80)
C 3% Vencidas	548.617,91	4.445,75	15.722,88	568.786,54	(17.063,60)	967.336,97	(29.020,11)
D 10% Normal	1.030.997,26	67.577,62	36.303,25	1.134.878,13	(113.487,81)	1.056.776,38	(105.677,64)
D 10% Vencidas	147.293,40	18.968,94	372.636,78	538.899,12	(53.889,91)	574.471,09	(57.447,11)
E 30% Normal	277.783,29	0,00	0,00	277.783,29	(83.334,99)	266.845,58	(80.053,67)

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E 30% Vencidas	256.649,37	38.941,52	0,00	295.590,89	(88.677,27)	311.360,46	(93.408,14)
F 50% Normal	119.931,03	23.696,81	0,00	143.627,84	(71.813,92)	122.571,31	(61.285,66)
F 50% Vencidas	133.416,98	0,00	0,00	133.416,98	(66.708,49)	118.149,76	(59.074,88)
G 70% Normal	48.052,07	0,00	0,00	48.052,07	(33.636,45)	106.268,31	(74.387,82)
G 70% Vencidas	124.653,56	26.676,97	0,00	151.330,53	(105.931,37)	180.832,53	(126.582,77)
H 100% Normal	123.740,20	0,00	0,00	123.740,20	(123.740,20)	385.756,09	(385.756,77)
H 100% Vencidas	497.230,68	23.837,67	16.713,66	537.782,01	(537.782,60)	2.395.234,94	(2.395.234,94)
Total Normal	57.798.652,14	2.739.741,06	2.740.377,27	63.278.770,47	(1.091.244,85)	40.543.281,35	(1.090.877,85)
Total Vencidos	1.926.618,70	112.870,85	405.073,32	2.444.562,87	(872.240,81)	4.864.609,58	(2.763.940,19)
Total Geral	59.725.270,84	2.852.611,91	3.145.450,59	65.723.333,34	(1.963.485,66)	45.407.890,93	(3.854.818,04)
Provisões	(1.775.483,15)	(107.597,53)	(80.404,98)	(1.963.485,66)		(3.854.818,04)	
Total Líquido	57.949.787,69	2.745.014,38	3.065.045,61	63.759.847,68		41.553.072,89	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Conta Corrente	1.036.903,15	-	-	1.036.903,15
Títulos Descontados	374.321,59	72.304,93	-	446.626,52
Empréstimos	4.836.223,95	14.054.853,17	39.350.664,05	58.241.741,17
Financiamentos	301.638,43	801.876,08	1.749.097,40	2.852.611,91
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	895.471,32	1.912.964,89	337.014,38	3.145.450,59
TOTAL	7.444.558,44	16.841.999,07	41.436.775,83	65.723.333,34

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	3.278.015,97	14.930,51	-	3.292.946,48	5%
Setor Privado - Indústria	90.519,26	36.334,83	-	126.854,09	0%
Setor Privado - Serviços	14.840.145,92	767.985,31	-	15.608.131,23	24%
Pessoa Física	40.766.313,43	2.017.604,50	3.145.450,59	45.929.368,52	70%
Outros	750.276,26	15.756,76	-	766.033,02	1%
TOTAL	59.725.270,84	2.852.611,91	3.145.450,59	65.723.333,34	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(3.854.818,04)	(4.230.024,92)
Constituições/reversões	(1.241.776,14)	(4.891.110,07)
Transferência para prejuízo	3.133.108,52	5.266.316,95
TOTAL	(1.963.485,66)	(3.854.818,04)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	446.737,82	1%	650.467,66	1%
10 Maiores Devedores	3.470.665,53	5%	4.717.062,91	10%
50 Maiores Devedores	10.459.752,77	16%	11.069.513,04	24%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	11.296.139,43	7.663.955,40
Valor das operações transferidas no período	3.133.108,52	5.266.316,95
Valor das operações de outros créditos transferidas no período	190.166,00	115.932,68
Valor das operações recuperadas no período	(650.105,15)	(1.184.924,49)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(335.969,77)	(565.141,11)
TOTAL	13.633.339,03	11.296.139,43

h) Operações renegociadas:

Em **31/12/2020** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 13.746.985,26**, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	159.345,21	-	178.803,37	-
Rendas a Receber	45.583,56	-	67.250,25	-
Serviços prestados a receber	2.775,66	-	3.064,44	-
Outras rendas a receber	238,55	-	588,31	-
Rendimentos Centralização Financeira - Central (b)	42.569,35	-	63.597,50	-
Diversos	450.143,89	68.771,29	499.058,46	8.190,14
Adiantamentos e antecipações salariais	271,52	-	315,29	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	57.180,88	-	2.050,00	-
Adiantamentos por conta de imobilizações	7.961,75	-	1.856,34	-
Devedores por depósitos em garantia	31.085,53	-	21.257,02	-
Impostos e contribuições a compensar	-	68.771,29	-	8.190,14
Pagamentos a ressarcir	60.510,56	-	131.992,99	-
Títulos e créditos a receber (c)	276.587,84	-	266.516,68	-
Devedores diversos - país	16.545,81	-	75.070,14	-
(-) Provisões para outros créditos	(133.795,36)	-	(125.795,62)	-
(-) Com características de concessão de crédito	(132.319,41)	-	(119.436,59)	-
(-) Sem características de concessão de crédito	(1.475,95)	-	(6.359,03)	-
TOTAL	521.277,30	68.771,29	619.316,46	8.190,14

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Refere-se à remuneração da centralização financeira a receber referente ao mês de dezembro de 2020, a ser recebido em janeiro/2021.

(c) Refere-se a tarifas bancárias a receber.

(d) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E	30%	Normal	11.100,59	11.100,59	(3.330,18)	39.901,54	(11.970,46)
E	30%	Vencidas	20.342,95	20.342,95	(6.102,89)	19.811,75	(5.943,53)
F	50%	Normal	-	-	-	595,77	(297,89)
F	50%	Vencidas	9.836,45	9.836,45	(4.918,23)	11.892,66	(5.946,33)
G	70%	Normal	-	-	-	949,54	(664,68)
G	70%	Vencidas	323,71	323,71	(226,60)	36.794,82	(25.756,37)
H	100%	Normal	776,10	776,10	(776,10)	2.228,32	(2.228,36)
H	100%	Vencidas	116.965,41	116.965,41	(116.965,41)	66.628,97	(66.628,97)
Total Normal			11.876,69	11.876,69	(4.106,28)	43.675,17	(15.161,39)
Total Vencidos			147.468,52	147.468,52	(128.213,13)	135.128,20	(104.275,20)
Total Geral			159.345,21	159.345,21	(132.319,41)	178.803,37	(119.436,59)
Provisões			(132.319,41)	(132.319,41)		(119.436,59)	
Total Líquido			27.025,80	27.025,80		59.366,78	

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Bens Não de Uso Próprio (a)	1.095.586,15	406.200,00
Despesas Antecipadas (b)	42.459,94	56.633,81
(Provisões para Desvalorizações) (c)	(6.200,00)	(6.200,00)
TOTAL	1.131.846,09	456.633,81

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

(c) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

8. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central de Crédito	2.374.367,29	2.150.605,23
Partic. Em Inst. Financ. Controlada por Cooperativa de Crédito	1.071.199,56	1.003.316,48
TOTAL	3.445.566,85	3.153.921,71

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizações em Curso (a)		60.310,42	-
Instalações	10%	229.172,59	219.821,89
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(130.408,56)	(108.539,91)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	601.564,98	1.177.017,43
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(337.715,25)	(447.903,96)
Sistema de Comunicação	10%	102.045,55	95.989,01
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.843.455,71	970.331,83
Sistema de Segurança	10%	492.257,79	497.357,51
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(1.276.726,77)	(925.404,21)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		328.679,04	328.679,04
(-) Depreciação Acum. Benfeitorias Imóveis de Terceiros		(328.679,04)	(328.679,04)
TOTAL		1.583.956,46	1.478.669,59

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

10. Intangível

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Outros ativos intangíveis	449.426,50	480.312,20
(-) Amortização acum. de ativos intangíveis	(436.117,47)	(455.355,71)
TOTAL	13.309,03	24.956,49

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	37.716.533,27		18.842.836,66	
Depósito Sob Aviso	38.295,61	0,29%	40.788,32	0,41%
Depósito a Prazo	46.044.440,33	0,19%	36.124.220,13	0,34%
TOTAL	83.799.269,21		55.007.845,11	

Os depósitos até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por estatuto próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	2.201.302,92	3%	1.818.420,05	3%
10 Maiores Depositantes	12.167.842,96	15%	8.315.084,49	15%
50 Maiores Depositantes	26.431.617,78	32%	17.883.143,82	33%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(894,12)	(1.983,98)	(1.373,23)	(2.791,19)
Despesas de Depósitos a Prazo	(413.417,35)	(1.054.953,52)	(956.099,55)	(1.870.162,15)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(7.419,19)	(12.565,29)	-	-
Despesas Contrib. Fundo Garantidor de Créditos	(54.487,79)	(97.495,57)	(39.189,22)	(74.230,08)
TOTAL	(476.218,45)	(1.166.998,36)	(996.662,00)	(1.947.183,42)

12. Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04). (se aplicável)

Descrição	31/12/2020
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio	1.059.402,47

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	2º sem/20	2020	Taxa média
Despesa Letras de Crédito do Agronegócio	(7.419,19)	(12.565,29)	0,16% a.m.

As Letras de Crédito do Agronegócio – LCA emitidas pelo **SICOOB NORTE SUL** possuem remuneração entre **95%** e **100%** do CDI, com prazos de vencimentos de até **25/01/2022**, com prazo mínimo de carência de **90** dias, conforme Resolução CMN Nº 4.410/2015.

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cobrança de Terceiros em Trânsito	1.799,03	1.161,58
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (a)	2.618,72	33.168,07
TOTAL	4.417,75	34.329,65

(a) Trata-se de valores dos consignados junto a prefeituras e câmaras municipais.

14. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (Nota 15.1)	980,73	11.445,25
Sociais e Estatutárias (Nota 15.2)	339.489,03	210.357,91
Fiscais e Previdenciárias (Nota 15.3)	166.477,62	200.055,15
Diversas (Nota 15.4)	1.471.494,80	1.171.902,08
TOTAL	1.978.442,18	1.593.760,39

14.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos Assemelhados

Descrição	31/12/2019	31/12/2019
IOF A recolher	980,73	5.618,53
Recebimentos de tributos estaduais e municipais	-	5.826,72
TOTAL	980,73	11.445,25

14.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultado de Atos com Associados (a)	110.118,47	28,82
Resultado de Atos com não associados (a)	9,59	9,59
Cotas de Capital a Pagar (b)	229.360,97	210.319,50
TOTAL	339.489,03	210.357,91

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	-	40.013,40
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	28.704,91	30.640,73
Impostos e Contribuições sobre Salários	100.497,87	104.052,67
Outros (a)	37.274,84	25.348,35
TOTAL	166.477,62	200.055,15

(a) Referem-se a IRRF s/ aplicações financeiras (R\$ 3.113,38), ISSQN s/ atos não cooperativos (R\$ 17.596,65), PIS s/ faturamento (R\$ 2.267,39) e COFINS s/ faturamento (R\$ 14.297,42).

14.4 Diversas

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	-	1.212,31
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	32.342,85	19.654,79
Provisão Despesas com Pessoal (a)	570.029,47	348.440,32
Provisão Outras Despesas Administrativas (b)	491.451,84	207.846,33
Outros pagamentos	343,05	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	70.260,53	73.146,73
Credores Diversos – País (c)	307.067,06	521.601,60
TOTAL	1.471.494,80	1.171.902,08

(a) Refere-se, basicamente, ao saldo da provisão de férias a pagar dos colaboradores da cooperativa.

(b) Referem-se à provisão para pagamento de: água/energia/gás (R\$ 11.026,70); aluguéis (R\$ 36.408,16); assessoria técnica (R\$ 5.169,58), comunicações (R\$ 15.730,03); processamento de dados (R\$ 252,72); promoções e relações públicas (R\$ 175,00); segurança e vigilância (R\$ 1.394,72); manutenção e conservação de bens (R\$ 280,20); transporte (R\$ 48.260,93); seguro (R\$ 34.562,84); condomínio (R\$ 396,00); serviços gráficos (R\$ 383,36); compensação (R\$ 37.442,92); seguro prestamista (R\$ 261.873,64); outras despesas administrativas (R\$ 38.095,04); ordem de pagamento – encerramento conta salário (R\$ 303,05); e outros pagamentos (R\$ 40,00).

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 3.768.135,38 (R\$ 3.456.765,00 em **31/12/2019**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Refere-se, basicamente, a pendências a regularizar (R\$ 114.818,88) e credores diversos – liquidação cobrança (R\$ 140.499,79).

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB NORTE SUL** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2020 e 2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. Patrimônio líquido

16.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	12.007.197,09	9.586.267,92
Associados	14.395	13.354

16.2 Reserva de Sobras

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **42%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Fundo de Reserva	2.604.779,65	1.841.677,77

16.3 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobras acumuladas à disposição da AGO	1.166.950,24	(161.651,15)

Por conta da pandemia causada pelo Coronavírus, a Assembleia Geral Ordinária foi realizada em 22/07/2020. Os cooperados deliberaram pela absorção das perdas do exercício de 2019, no montante de R\$ 161.651,15, pelo fundo de reserva.

16.4 Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2020	2019
Sobra líquida do exercício	2.201.792,92	(161.651,15)
Destinações estatutárias	(1.034.842,67)	-
Reserva legal - 42%	(924.753,03)	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(110.089,65)	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	1.166.950,25	(161.651,15)

17. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de **2020**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ **275.231,38**, equivalente a **100%** da variação da SELIC.

18. Ingressos/Receita de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	40.384,25	97.777,73	250.709,40	423.587,60
Rendas de Empréstimos	4.045.447,70	7.672.624,96	4.026.480,09	7.947.099,52
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	60.806,38	210.353,81	333.976,19	737.243,61
Rendas de Financiamentos	197.445,84	397.526,26	262.700,85	554.827,38
Rendas de Financiamentos Rurais	257.389,63	621.612,98	428.915,08	943.815,08
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	514.021,03	651.227,84	997.409,34	1.199.140,99
Total de Ingressos de Operações de Crédito	5.115.494,83	9.651.123,49	6.300.190,95	11.805.714,18

19. Dispêndio/Despesa da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesa de Depósito Aviso Prévio	(894,12)	(1.983,98)	(1.373,23)	(2.791,19)
Despesas de Depósito a Prazo	(413.417,35)	(1.054.953,52)	(956.099,55)	(1.870.162,15)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(7.419,19)	(12.565,29)	-	-
Contribuição Ordinária – FGCoop	(54.487,79)	(97.495,57)	(39.189,22)	(74.230,08)
Despesa de obrigação por empréstimos e repasses	-	(41.579,54)	(102.028,16)	(195.652,39)
Provisões para Operações de Crédito	(583.187,88)	(1.241.754,17)	(1.788.074,02)	(4.891.110,07)
Provisões para Outros Créditos	(77.217,36)	(204.113,04)	(64.901,19)	(148.074,33)
Total de Despesas de Intermediação Financeira	(1.136.623,69)	(2.654.445,11)	(2.951.665,37)	(7.182.020,21)

20. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	562.924,38	1.068.516,97	496.262,74	916.455,77
Rendas de outros serviços	1.113.922,83	2.124.055,45	1.049.606,58	1.978.935,69
TOTAL	1.676.847,21	3.192.572,42	1.545.869,32	2.895.391,46

21. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	370.066,70	725.168,81	367.185,45	751.762,05
Rendas de Serviços Prioritários - PF	132.586,35	267.398,05	181.175,66	382.963,32
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	47,90	296,42	0,00	0,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	627.319,15	1.230.510,51	720.202,99	1.455.192,55
TOTAL	1.130.020,10	2.223.373,79	1.268.564,10	2.589.917,92

22. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários- Conselho Fiscal	(20.691,00)	(41.382,00)	(19.541,50)	(40.936,50)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(210.379,40)	(445.295,40)	(251.993,39)	(452.194,59)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(286.304,84)	(567.430,09)	(355.196,36)	(761.957,61)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(443.509,88)	(876.111,86)	(456.522,87)	(970.266,26)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.447.525,95)	(2.686.063,01)	(1.428.866,71)	(2.768.108,39)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(6.848,40)	(20.351,03)	(8.075,90)	(17.923,90)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(4.180,00)	(26.001,73)	(50.232,71)	(85.155,05)
TOTAL	(2.419.439,47)	(4.662.635,12)	(2.570.429,44)	(5.096.542,30)

23. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(68.338,06)	(149.459,96)	(73.106,19)	(146.953,14)
Despesas de Aluguéis	(230.155,74)	(457.307,32)	(227.051,63)	(442.476,35)
Despesas de Comunicações	(102.920,85)	(207.305,48)	(101.757,60)	(200.618,32)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(44.579,99)	(100.522,93)	(16.138,57)	(40.741,83)
Despesas de Material	(18.284,73)	(35.434,83)	(22.202,51)	(47.154,69)
Despesas de Processamento de Dados	(213.108,56)	(480.859,26)	(276.150,69)	(494.768,15)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(84.244,00)	(131.522,16)	(47.569,69)	(85.379,16)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(19.767,52)	(50.539,92)	(53.108,83)	(110.244,76)
Despesas de Publicações	(770,00)	(1.400,00)	-	(720,00)
Despesas de Seguros	(57.308,36)	(105.062,75)	(44.098,82)	(87.729,44)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(592.777,17)	(1.061.592,12)	(470.008,32)	(935.725,89)
Despesas de Serviços de Terceiros	(163.209,20)	(295.182,75)	(139.641,35)	(243.342,74)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(204.876,11)	(454.536,19)	(284.041,81)	(574.348,16)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(77.202,00)	(134.792,20)	(126.654,75)	(159.249,83)
Despesas de Transporte	(230.747,12)	(297.708,35)	(64.439,48)	(101.122,02)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	-	(636,00)	(636,00)
Despesas de Viagem no País	(23.038,96)	(67.155,56)	(109.500,02)	(166.063,90)
Despesas de Amortização	(8.018,66)	(21.537,76)	(14.030,19)	(39.202,67)
Despesas de Depreciação	(166.540,40)	(318.082,53)	(206.178,44)	(392.304,19)
Outras Despesas Administrativas	(43.646,81)	(81.729,10)	(61.594,80)	(105.061,15)
Emolumentos judiciais e cartorários	(42.176,40)	(116.441,61)	(36.951,01)	(141.261,52)
Contribuição a OCE	(10.285,17)	(20.570,37)	(9.849,25)	(19.698,49)
Rateio de despesas da Central	(326.723,13)	(709.865,87)	(356.054,46)	(684.321,15)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(53.031,18)	(115.899,14)	(55.683,50)	(115.080,46)
TOTAL	(2.781.750,12)	(5.414.508,16)	(2.796.447,91)	(5.334.204,01)

24. Dispendios/Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Tributos Municipais	(55.624,06)	(61.672,58)	(35.039,04)	(38.725,83)
Tributos/Impostos Estaduais e Federais	(39,16)	(1.926,33)	(1.571,57)	(2.469,61)
Disp. Imposto s/ Serv. de Qualquer Natureza - ISSQN	(53.439,32)	(101.390,66)	(49.724,60)	(94.184,78)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(57.507,31)	(116.520,57)	(66.035,48)	(123.924,66)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(20.400,80)	(40.462,98)	(21.956,40)	(44.437,78)
TOTAL	(187.010,65)	(321.973,12)	(174.327,09)	(303.742,66)

25. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	6.776,32	19.535,15	12.408,26	18.846,93
Dividendos	-	67.884,97	-	121.526,27
Deduções e abatimentos	1.949,35	2.660,50	617,97	2.986,52
Distribuição de sobras da central	-	26.266,03	-	13.579,83
Outras rendas operacionais	71.689,93	75.708,92	325.610,57	333.562,27
Rendas oriundas de cartões de crédito	493.265,47	1.176.708,17	828.861,87	1.533.967,84
TOTAL	573.681,07	1.368.763,74	1.167.498,67	2.024.469,66

26. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Oper. Crédito – Desp. Desc. Concedidos Renegociações	(292,44)	(292,44)	(8.726,54)	(8.726,54)
Outras Despesas Operacionais	(482.818,52)	(623.695,9)	-494.105,95	-1.536.331,16
Descontos concedidos - operações de crédito	(37.495,89)	(49.075,49)	-6.854,97	-12.038,50
Cancelamento - tarifas pendentes	(282.768,35)	(573.826,45)	-306.572,02	-568.756,95
TOTAL	(803.375,20)	(1.246.890,36)	(816.259,48)	(2.125.853,15)

27. Despesas/Dispendios de Provisão para Garantias Prestadas

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Reversão de provisão de garantias prestadas	45.840,67	101.851,69	77.076,63	121.552,73
Garantias financeiras prestadas	(53.628,39)	(98.965,49)	(57.393,60)	(129.444,48)
TOTAL	(7.787,72)	2.886,20	19.683,03	(7.891,75)

28. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2020**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	670.034,97	0,8080%	1.431,79
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	212.709,38	0,2565%	1.160,96
TOTAL	882.744,35	1,0645%	2.592,75
Montante das Operações Passivas	836.971,64	1,8925%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	4.919,01	24,60	0,9648%
Conta Garantida	3.452,88	24,83	0,6551%
Empréstimos	515.277,87	3.462,62	0,8847%
Direitos Creditórios Descontados	34.684,76	-	7,7659%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	259.180,68	0,6875%	0%
Depósitos à Prazo	1.346.894,33	2,9228%	0,1602%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	2,3600%	5,5733%
Empréstimos	1,3668%	26,1397%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	96,5179% do CDI	160,5917%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,8700%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,2542%
Aplicações Financeiras	1,8925%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	162.642,75
Conta Garantida	263.969,42
Empréstimos	380.645,45

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2020	31/12/2019
Coobrigações	86.012,55	96.820,46

f) No exercício de 2020 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS		
Descrição	2020	2019
Honorários	(345.288,90)	(362.423,59)
Cédulas de presença Conselho Fiscal	(41.382,00)	(40.936,50)
Cédulas de presença Conselho Administrativo	(100.006,50)	(89.771,00)
INSS	(97.335,48)	(98.626,52)
Plano de Saúde	(2.482,56)	(7.834,96)

h) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	205.356,24	105.174,33

29. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO NORTE SUL DA BAHIA LTDA - SICOOB NORTE SUL**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA - SICOOB CENTRAL BA**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL BA**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL BA** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB NORTE SUL** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL BA** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do **SICOOB CENTRAL BA**, em 31/12/2020 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 05/02/2021, com opinião sem modificação.

30. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Centro Cooperativo Sicoob – CCS.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

30.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

30.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

30.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

30.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Centro Cooperativo Sicoob – CCS) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

30.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob – CCS realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

31. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativos Ponderados pelos Risco (RWA)	68.387.368,40	50.579.960,52
Patrimônio de Referência (RWA _{RPS})	12.546.468,01	8.298.695,60
Índice de Basileia %	18,35%	16,41%
Razão de Alavancagem (RA) %	12,00%	11,39%
Índice de imobilização %	12,62%	17,82%

33. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	31.085,53	31.085,53	-	21.257,02
TOTAL	31.085,53	31.085,53	-	21.257,02

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB NORTE SUL**, existem processos judiciais, de natureza cível ou trabalhista, nos quais a cooperativa figura como polo passivo, no montante total das causas em R\$ **491.682,39**, os quais foram classificados com risco de perda possível. Estes

valores são estimados e não necessariamente implicará nos valores efetivos que os promoventes poderão obter nos processos.

GANDU-BA

Gabriel dos Santos Chagas
Diretor de Relacionamento

Magna Gomes Matos
Diretora Administrativa

Valmir Lima Silva
Contador – CRC/BA nº 023450/O-3

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2020 da Cooperativa de Crédito Norte Sul da Bahia LTDA – Sicoob Norte Sul, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 07 de maio de 2020 o SICOOB NORTE SUL completou 22 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o SICOOB NORTE SUL obteve um resultado positivo de R\$ 2.201.792,92 (sem destinações do período) representando sobre o Patrimônio Líquido de 14%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 27.864.219,24. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 65.723.333,34 (sem provisão).

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	R\$ 62.577.882,75	95%
Carteira Rural	R\$ 3.145.450,59	5%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 8,7% da carteira, no montante de R\$ 5.714.891,85.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 83.799.269,21 apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 52,3%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 37.716.533,27	45%
Depósitos a Prazo	R\$ 46.082.735,94	55%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 20,4% da captação, no montante de R\$ 17.119.542,81

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB NORTE SUL era de R\$ 12.546.468,01. O quadro de associados era composto por 14.395 cooperados, havendo um acréscimo de 7,8% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do proponente tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através de ferramenta interna, buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICCOB NORTE SUL adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião dos delegados eleitos pelos os associados para representa-los perante a Cooperativa, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda uma Área de Controles Internos e Gestão Integrada de Riscos, supervisionado diretamente pelo SICCOB CENTRAL BA, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo CCS (Centro Cooperativo Sicoob) e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito trienalmente na AGO, com mandato até a AGO de 2022, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos do Conselho Fiscal realizam cursos na Plataforma Sicoob Universidade, ferramenta de capacitação contínua para dirigentes, o qual são disponibilizados ações de treinamentos que auxiliarão no exercício de suas funções.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB NORTE SUL aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Centro Cooperativo do Sicoob – CCS. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Ouvidoria do SICOOB NORTE SUL registrou 56 (cinquenta e seis) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos, e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 56 (cinquenta e seis) reclamações, 21 (vinte e um) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

12. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob - CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Centro Cooperativo Sicoob – CCS.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

12.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

12.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

12.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

12.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Centro Cooperativo Sicoob - CCS) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

12.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Gandu-BA, 08 de março de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito Norte Sul da Bahia Ltda. - SICCOB NORTE SUL

Gandu/BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Norte Sul da Bahia Ltda. - SICCOB NORTE SUL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICCOB NORTE SUL em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. No entanto, não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 26 de março de 2021.



Sófocles Barbosa de Oliveira
Contador CRC PB 008067/O
CNAI 1804